

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 35/1993 de 4 de Março

de 4 de Março

Considerando que, na prossecução da política de habitação definida pelo Governo, a Região Autónoma dos Açores tem vindo a adquirir glebas de terreno que, depois de urbanizadas, se destinam à sua cedência em propriedade plena, em condições de preço que nunca ultrapasse os custos reais dos terrenos , e das respectivas infraestruturas, para empreendimentos relativos à habitação social e à auto - construção de habitação própria;

Considerando, por outro lado, que a "Pícolar", Cooperativa de Habitação Económica, CRL manifestou interesse em fazer reverter para propriedade da Região dez dos lotos que lhe haviam sido cedidos, ao abrigo e nos termos da Resolução n.º 51/89, de 13 de Junho, a fim de que fossem integrados no programa de construção de casa própria, em .curso na freguesia de Pico da Pedra.

Assim, no uso da faculdade de administrar e dispor do património regional, que lhe é conferida pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto político - administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo resolve:

1 -Autorizaras Secretarias Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a procederem à cedência, em propriedade plena, segundo as normas constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 16/90/A, de 8 de Agosto, conjugadas com o disposto na Resolução n.º 71/89, de 4 de Julho, aos interessados em construir habitação própria, em regime de auto - construção, dos lotes de terreno com os n.ºs 42 a 51, inscritos na matriz predial urbana da freguesia do Pico da Pedra, sob os artigos respectivamente, 1 213 a 1 216, 1 218, 1219,1217,1220,1158 e 1159, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Ribeira Grande, com os n.ºs 00557 a 00566/Pico da Pedra.

2-A cessão de cada um dos lotes de terreno a que se refere o número anterior será autorizada por despacho conjunto dos Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

3 -Do despacho previsto no número anterior, constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação do cessionário;
- b) Descrição do lote a ceder;
- c) Fixação do preço base do lote e da respectiva percentagem a pagar pelo cessionário, nos termos do n.º 3 da Resolução n.º 91/92, de 11 de Junho;
- d) Identificação da entidade ou funcionário que outorgará, em representação da Região Autónoma dos Açores, na escritura de cessão.

4-O modelo geral da minuta das escrituras de cessão será elaborado pelos serviços competentes da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 1993. - O Presidente do Governo, João Bosco Mota Amaral.